



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da PDG Companhia Securitizadora ("Companhia") apresenta o relatório da administração em conjunto com as demonstrações financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014. **1. Contexto operacional:** Em 3 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aprovou o pedido de registro de companhia aberta da Companhia para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão não organizado. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 11º andar - na Cidade e Estado de São Paulo. Dessa forma, quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis mobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis foram excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs. A PDG Companhia Securitizadora, ("Companhia") tem como objeto social as seguintes atividades: (i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de

Recebíveis Imobiliários (CRI) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (hedge) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria. A Companhia opera substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty. A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para o desenvolvimento de suas atividades e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. **2. Administração:** A administração da Companhia está composta em 31/12/2015, pelos membros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Nome	Cargo Ocupado	31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)	
		2015	2014
Márcio Tabatchnik Trigueiro	Presidente do Conselho de Administração		
Natália Maria Fernandes Pires	Vice-Presidente do Conselho de Administração		
Maurício Fernandes Teixeira	Membro do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores		
Aurélio de Luca Miranda	Diretor Sem Designação		

Ativo Circulante	BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	1.963	6
Impostos a recuperar e compensar	680	994
Outros créditos	-	305
<b>Total do circulante</b>	<b>2.643</b>	<b>1.305</b>
Contas a receber em operações securitizadas (Nota 6a)	14.069	76.548
Créditos com outras partes relacionadas (Nota 6a)	-	10.943
Benefício residual em operações securitizadas (Nota 6a)	14.691	3.744
<b>Total do não circulante</b>	<b>28.760</b>	<b>91.235</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>31.403</b>	<b>92.540</b>

**3. Política de investimentos:** A política de investimentos para o próximo exercício está voltada para o aproveitamento das oportunidades de negócios dentre aqueles definidos no objeto social da Companhia. **4. Outras informações - Relacionamento com Auditores Independentes:** Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados. Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)		
	2015	2014
<b>Receita operacional líquida</b>	-	433
<b>Despesas e receitas operacionais</b>	-	-
Despesas gerais e administrativas (Nota 13)	(1.778)	(2.368)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>(1.778)</b>	<b>(1.935)</b>
<b>Receitas e despesas financeiras</b>	-	-
Receitas financeiras (Nota 12)	1.005	579
Despesas financeiras (Nota 12)	(1.004)	(1.531)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.777)</b>	<b>(2.887)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.777)	(2.890)
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>(1.777)</b>	<b>(2.890)</b>
Quantidade de ações (em milhares)	23.295	67.167
<b>Prejuízo líquido por ação (básico e diluído)</b>	<b>(0,03652)</b>	<b>(0,04303)</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)				
	Capital Social	Reserva	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>16.027</b>	<b>3.431</b>	-	<b>19.458</b>
Aumento de capital, conforme AGE em 30/12/2014	51.140	-	-	51.140
Resultado do exercício	-	-	(2.890)	(2.890)
Absorção de lucros	-	(2.890)	2.890	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>67.167</b>	<b>541</b>	-	<b>67.708</b>
Redução de capital, conforme AGE em 31/10/2015	(42.783)	-	-	(42.783)
Resultado do exercício	-	-	(1.777)	(1.777)
Absorção de lucros	-	(541)	541	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>24.384</b>	-	<b>(1.236)</b>	<b>23.148</b>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$)						
	Saldo em 31/12/2015			Saldo em 31/12/2014		
	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Resultado da Companhia	Antes do Patrimônio Separado	Patrimônio Separado	Resultado da Companhia
<b>Receitas de prestação de serviços</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Despesas e receitas operacionais</b>	-	-	433	-	-	433
Despesas gerais e administrativas	(5.627)	(3.849)	(1.778)	(4.987)	(2.619)	(2.368)
Outras receitas operacionais	38.268	38.268	-	12.369	12.369	-
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>32.641</b>	<b>34.419</b>	<b>(1.778)</b>	<b>7.382</b>	<b>9.750</b>	<b>(2.368)</b>
Receitas financeiras	154.931	153.926	1.005	213.286	212.707	579
Despesas financeiras	(189.349)	(188.349)	(1.004)	(222.958)	(222.457)	(1.531)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(34.418)</b>	<b>(34.419)</b>	<b>1</b>	<b>(10.702)</b>	<b>(9.750)</b>	<b>(952)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-	-	(1.777)	-	-	(2.887)
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(1.777)</b>	-	<b>(1.777)</b>	<b>(2.890)</b>	-	<b>(2.890)</b>
Quantidade de ações (em milhares)	23.296	-	23.296	67.167	-	67.167
<b>Prejuízo por Ação (básico e diluído)</b>	<b>(0,03652)</b>	-	<b>(0,03652)</b>	<b>(0,04303)</b>	-	<b>(0,04303)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A sede social da Companhia está localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 105, 11º andar - na Cidade e Estado de São Paulo. A PDG Companhia Securitizadora ("Companhia") tem como objeto social as seguintes atividades: (i) aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários; (ii) prestação de serviços referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos oriundos de operações e financiamentos imobiliários que sejam compatíveis com suas atividades; (iii) emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e de outros títulos de crédito e/ou valores mobiliários; (iv) realização de operações de proteção de valores (hedge) em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos hipotecários e imobiliários; e (v) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com seu objeto social, incluindo, mas não se limitando, à intermediação de negócios relacionados com o mercado imobiliário e prestação de serviços de consultoria. Em 3 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aprovou o pedido de registro de companhia aberta da Companhia para negociação de valores mobiliários de sua emissão no mercado de balcão não organizado. Quando da emissão de CRI, tendo como lastro os recebíveis mobiliários vinculados ao regime fiduciário, tais recebíveis foram excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs. A Companhia opera, substancialmente, com certificados de recebíveis de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia mantém nas seguintes emissões de CRI em vigor:

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas nestas demonstrações financeiras de maneira consistente. **3.1 Ativos e passivos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, direitos creditórios adquiridos, CCB e outras contas a receber. Os passivos financeiros são representados pelas obrigações por emissão de CRI. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** • **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras:** São classificadas na rubrica "Aplicações financeiras" reconhecidas em contrapartida no resultado. A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como "Aplicações financeiras"; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como "Títulos mantidos até o vencimento", desde que a Administração tenha a intenção e possa condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como Títulos disponíveis para venda, representados no balanço pelo valor justo, tendo como contrapartida uma rubrica do patrimônio líquido. As aplicações financeiras da Companhia são títulos para negociação e são mensuradas pelo custo acrescido de juros, correção monetária, variação cambial, ajuste ao valor de mercado, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das informações trimestrais individuais e consolidadas e não sujeitos à variação significativa de valor. **Recebíveis e empréstimos:** • **Créditos com partes relacionadas (Recebíveis imobiliários):** São representados por direitos creditórios adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos imobiliários com ou sem coobrigação do cedente. Foram constituídos ágio/deságios a amortizar com base na diferença do valor pago pelos créditos adquiridos e o valor contábil dos mesmos, na data da operação. Estes ágios/deságios serão amortizados conforme a curva do CRI e encontram-se registrados em conta redutora crédito com partes relacionadas. Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são inicialmente registrados ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97 e controlados individualmente por emissão. O saldo de securitização é demonstrado pelo valor líquido, no ativo ou no passivo, conforme o caso, na rubrica "Créditos/Debitos com partes relacionadas", conforme descrito na Nota 6. • **Instrumentos financeiros passivos e derivativos:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros a custo amortizado, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, custos e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Caso haja créditos com liquidação duvidosa, tais créditos podem ser devolvidos às empresas de quem a Companhia os comprou ou pode haver a troca dos mesmos por outros, de acordo com as condições de coobrigação dos contratos de compra de recebíveis, não sendo aplicável, portanto, a provisão para créditos de liquidação duvidosa a estes casos. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativos e passivos financeiros. **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

CRI	Data de emissão	Série	Emissão	Agente fiduciário	Instituição distribuidora	Contratos de recebíveis ou cédulas	Emissor dos créditos	Securitização de créditos oriundos	
								Compra e venda	Investidas PDG
15L0589791	15/12/2015	27ª	1ª	GDC PARTNERS DTVM	Credit Suisse	CCB	PDG Realty	CHL Desenvolvimento Imobiliário	Investidas PDG
15I0188259	01/10/2015	26ª	1ª	GDC PARTNERS DTVM	Banko BTG Pactual	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
14I0055096	05/09/2014	25ª	1ª	OLIVEIRA TRUST	Banko Fibra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
14I0055088	01/09/2014	24ª	1ª	GDC PARTNERS	Banko Itaú BBA	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
12F0012079	12/06/2012	22ª	1ª	GDC PARTNERS	Banko Votantim	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
12C0034589	10/04/2012	19ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
12C0034595	10/04/2012	20ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11I0015528	20/12/2011	15ª	1ª	GDC Partners	BB - Banco de Investimento	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11K0024977	01/11/2011	16ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11K0024978	01/11/2011	17ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0030381	31/08/2011	10ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0030380	31/08/2011	9ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0030379	31/08/2011	8ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0030378	31/08/2011	7ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0028641	05/08/2011	6ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0028642	05/08/2011	5ª	1ª	GDC Partners	Banko Petra	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11H0013027	29/09/2011	4ª	1ª	GDC Partners	Banko BTG	CCB	Investidas PDG	Imobiliário	Investidas PDG
11H0012972	29/09/2011	3ª	1ª	GDC Partners	Banko BTG	CCB	Investidas PDG	Imobiliário	Investidas PDG
10I0001003	02/02/2010	3ª	2ª	GDC Partners	Banko Itaú BBA	CCB	Agra	Imobiliário	Investidas PDG
10H0004065	05/08/2010	2ª	2ª	GDC Partners	Banko Itaú BBA	CCB	Greenville	Imobiliário	Investidas PDG
11E0003086	31/05/2011	7ª	3ª	Pentágono	Banko BTG	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
11C0000002	01/03/2011	5ª	3ª	Pentágono	Banko Itaú BBA	CCB	PDG Realty	Imobiliário	Investidas PDG
10I0010501	13/10/2010	3ª	3ª	Pentágono	Banko Itaú BBA	CCB	Agra e Goldfarb	Imobiliário	Investidas PDG

**3.2 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real tributável, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social é constituída com base no lucro líquido, à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. **3.3 Avaliação dos impactos da Lei 12.973/2014 (antiga Medida Provisória nº 627):** No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revogava o Regime Tributário de Transição (RTT) entre outras providências. Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, resultando da conversão da MP 627, que entre outras providências: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 em relação ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na Lei 12.973 passa a vigorar a partir de 2014, caso a empresa exerça tal opção. Dentre os dispositivos da Lei 12.973, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, cálculo dos juros sobre capital próprio e critério de cálculos da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia aderiu à referida Lei a partir de 01 de janeiro de 2015. Não houve efeitos relevantes em nossas operações com relação à medida provisória nº 627 em nossas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e nas presentes demonstrações financeiras. **3.4 Julgamento, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: avaliação da realização de crédito fiscal diferido ativo decorrente de prejuízo fiscal e base negativa acumulada de exercícios anteriores, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **a. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **b. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. **A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso.** **3.5 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício. As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incluem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de liquidez. O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício de acordo com a curva do CRI. **3.6 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Ativo Circulante	BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	17.324	11.761
Direitos creditórios adquiridos (nota 5.1)	802.128	802.128
Tributos correntes a recuperar	680	-
Adiantamento a fornecedor	-	305
<b>Total do circulante</b>	<b>816.532</b>	<b>813.889</b>
Contas a receber em operações securitizadas	14.069	14.069
Créditos com controladores	-	10.943
Direitos creditórios adquiridos (nota 5.1)	370.764	370.764
Benefício residual em operações securitizadas	-	(14.691)
<b>Total do não circulante</b>	<b>384.833</b>	<b>356.073</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.201.365</b>	<b>1.169.962</b>

Passivo e patrimônio líquido Circulante	BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014	
	2015	2014
Obrigações fiscais e trabalhistas	24	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 5.2)	1.035.576	1.038.241
Obrigações a pagar por direitos creditórios	34.682	34.682
Fornecedores nacionais	258	-
<b>Total do circulante</b>	<b>1.070.544</b>	<b>1.070.258</b>
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (Nota 5.2)	99.704	99.704
Debitos com Controladores	4.174	-
Contas a pagar em operações securitizadas	3.681	-
Contingência trabalhista	117	-
<b>Total do não circulante</b>	<b>107.676</b>	<b>99.704</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.201.365</b>	<b>1.169.962</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

**5. Contas a receber - Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI):**

Emissão	Data de Início	Data de Término	Índice de correção %	31/12/2015		31/12/2014	
				31/12/2015	31/12/2014		
3ª Série da 1ª Emissão (ii)	08/11	10/23	CDI + 3,5%	1.251	7.104	-	-
4ª Série da 1ª Emissão (ii)	08/11	10/23	CDI + 3,5%	626	8.035	-	-
5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão	08/11	12/23	IGPM + 12%	25.365	19.144	-	-
7ª e 8ª Séries da 1ª Emissão	08/11	12/23	IGPM + 12%	29.422			

